

**Autor Principal:** EMATUIR TELES DE SOUSA

**Título:** Por Uma Santa Catarina Sem Torturas: Desafios para implementação do sistema nacional de prevenção a tortura

**Financiador:** Empresa Pública

**Nome:** Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina - 12ª Região

**Eixo:** Acolhimento

**Resumo:**

A presente mesa redonda é proposta por um coletivo de instituições que compõem a Comissão pró-sistema de prevenção e combate a tortura em SC. Criada a mais de três anos, este coletivo tem promovido uma série de ações que problematizam a seletividade do encarceramento do sistema prisional, as instituições de longa permanência, como os asilos, hospitais psiquiátricos, comunidades terapêuticas. Problematicamente a violência de estado, a atuação da polícia militar, braço armado do Estado criada na ditadura militar que persiste até hoje. Uma polícia ostensiva que mata em suas maiorias jovens, negros e pobres. Discute sobre a violência que é silenciosa, deflagrada pelas mãos de juizes e juizas, que já colocaram em cárceres uma das maiores populações carcerárias do mundo. Para contribuir com o congresso, a presente mesa pretende abordar estes assuntos a partir de três perspectivas. A primeira diz respeito ao conceito de direitos humanos e suas diversas formas de uso, seja para garantir ou violar direitos. A segunda perspectiva problematiza os efeitos psíquicos da violência na subjetividade. Por fim, visa apontar direções para a prevenção a tortura e tratamentos degradantes por meio do sistema nacional de prevenção à tortura, bem como o histórico de lutas para sua implementação no território catarinense. Terá como fios condutores das presentes falas problematizar a seletividade do sistema carcerário e sua relação com a desigualdade social, do encarceramento da pobreza e dos problemas sociais. Frente a isso, pensar e construir estratégias coletivas de luta pela não desigualdade unida à luta pela não diferença visando enfrentar o que parece impossível, solidarizar-se com o outro que não sou eu.

**:: FALAS**

**1) Autor:** EMATUIR TELES DE SOUSA

Instituição de Origem: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SANTA CATARINA - 12ª REGIÃO

Título: Direitos Humanos no Brasil 45404

Resumo:

A história do Brasil, com início no ano de 1500, é marcada por violação de direitos humanos. Os marcadores que evidenciam essas violações são os mais diversos: étnicos-raciais, gênero, socioeconômica, cultura, origem geográfica, entre outras. Assim, populações segmentos diversos são expostos a formas de violação contra a dignidade humana. Frente ao exposto, a nesta fala pretende-se problematizar o conceito de direitos humanos e sua vinculação com uma perspectiva emancipatória. Ou seja, abordar as contradições entre as perspectivas de emancipação social da perspectiva de regulação e controle da sociedade, quando o discurso político dos direitos humanos se torna um dispositivo em si de violação de direitos quando o direito de ser igual, a diferença os inferioriza; e o direito de ser diferente, a igualdade os descaracteriza. A mesa também pretende problematizar os discursos que a violência e a tortura são fenômenos esporádico ou acidental e não próprio constitutivo da sociedade brasileira. O mito de que a sociedade brasileira não é violenta, como bem sinaliza Marilena Chauí. Não duvidemos que este seja um dos principais argumentos utilizados pelos nossos governantes para a inércia perante a esse problema social.

\* Limite máximo de 300 palavras.

**2) Autor:** MARILENA DESCHAMPS SILVEIRA

Instituição de Origem: PROJETO CLÍNICAS DO TESTEMUNHO

Título: O impossível da tortura sobre o psiquismo

Resumo:

Nossa contribuição pretende promover uma reflexão e discussão sobre os efeitos danosos da tortura ao sujeito psíquico a fim de produzir subsídios significativos na busca de sua prevenção e combate. Partimos da pontuação de que a tortura tem sido uma forma de violência autorizada sobre outro humano e, neste sentido, rompe com o interdito na sua função de reconhecimento da alteridade do outro semelhante, base para a construção de laços sociais amparados na ética. Tal pontuação assenta-se em considerações teóricas psicanalíticas, com as quais assinalamos que a construção subjetiva do sujeito se faz na relação com o outro semelhante que permite o reconhecimento do ser. A tortura, portanto, segue na contramão de qualquer possibilidade de subjetivação e envia o sujeito à uma condição de não ser, à uma condição de desamparo. O psiquismo fica devassado diante de um excesso impossível de ser processado, gerando um sentimento de horror e as mais variadas formas de sofrimento. Assim, acreditamos é preciso que se fale sobre a tortura que ocorreu e que ainda se repete na história do nosso país. Colocar em cena discussões sobre os efeitos danosos da tortura nos permite retirá-la do silenciamento e exigir medidas do Estado brasileiro no combate à tamanha violência.

**3)** Autor: BÁRBARA SUELEN COLONIESE

Instituição de Origem: MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE A TORTURA

Título: Histórico de lutas para prevenção a tortura

Resumo:

A existência da tortura, tratamentos ou penas cruéis violam os direitos humanos e constitui um crime contra a humanidade. Para o enfrentamento e prevenção de torturas foi criado, por meio da Lei 12847/2013, o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que objetiva a criação de Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura no território nacional. Para cumprir a Lei, cabe ao Poder Executivo e Legislativo de cada Estado implementar os Comitês e Mecanismos Estaduais. Santa Catarina está entre os Estados que não possuem o Sistema em funcionamento. A ausência do sistema de prevenção e combate a tortura em SC reflete o histórico silenciamento que há frente às questões de violência e tortura nas instituições fechadas. O Estado ao não se posicionar perante a essa realidade, corrobora com a invisibilidade do fenômeno da tortura. Em SC não há um órgão receptor de denúncias, repercutindo numa lacuna ou demora na investigação e intervenção sobre os fatos. Diante desse cenário, diferentes entidades catarinenses, movimentos sociais formaram uma Comissão Estadual Pró-Sistema de Prevenção e Combate à Tortura. O objetivo principal das entidades e movimentos ligados à defesa de direitos humanos é criar um sistema de prevenção e combate à tortura em Santa Catarina para combater e prevenir situações de violação de direitos e irregularidades evidenciadas em diversas ações e visitas às penitenciárias e presídios do Estado. Diante do exposto, a presente fala propõe fazer um resgate histórico das ações desenvolvidas pela comissão durante os mais de três anos de luta no estado de SC.